

DESENHO UNIVERSAL: PROJETO ARQUITETÔNICO AMIGÁVEL AO IDOSO

Elisa de M. Scortegagna

Acadêmica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo
emscortegagna@gmail.com

Daniella do A. M. Bonatto

Professora/Pesquisadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo -Universidade de Passo Fundo, PhD

daniellabonatto@gmail.com

Resumo. *O Brasil vive hoje uma transição demográfica, com aumento da longevidade. Tornou-se necessário pensar em ambientes que correspondam às demandas da parcela idosa da população, onde a Arquitetura tem muito a contribuir para promover acessibilidade, segurança e deslocamento do idoso em um ambiente, tornando-lhe o mais amigável possível, atendendo às normatizações recomendadas pelo Desenho Universal. Este artigo está baseado em pesquisa de cunho bibliográfico sobre o tema, com o objetivo de refletir sobre as necessidades dos idosos em suas moradias, de acordo com o Desenho Universal. Apesar de algumas experiências inovadoras, a pesquisa apontou a escassez no Brasil habitações projetadas e construídas respeitando o Desenho Universal. Conclui-se que a concepção de espaços inclusivos não depende apenas do cumprimento às normas, mas, antes, depende da forma de olhar para a questão, para o ser humano e para a sociedade.*

Palavras-Chave: *Arquitetura. Idosos. Desenho Universal.*

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, até então considerado um país de jovens, vislumbra uma perspectiva até 2025 de o sexto país do mundo em número de idosos. As mudanças no perfil demográfico desafiam diversas áreas a uma ação efetiva que responda às necessidades da

parcela idosa da população. Uma das áreas que pode contribuir muito é a Arquitetura, pois é a partir de uma composição arquitetônica que tenha como foco o usuário idoso que será possível atender às suas necessidades habitacionais quanto à mobilidade, funcionalidade, conforto, segurança, considerando as suas características físicas e comportamentais específicas desse grupo. O objetivo deste trabalho é levantar experiências e discussões sobre esse tema e refletir sobre as necessidades dessa faixa de usuários, de acordo com o Desenho Universal.

2. MÉTODO

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica na biblioteca virtual da Universidade de Passo Fundo e de periódicos de Arquitetura e Urbanismo, utilizando-se como palavras-chave “Arquitetura”; “idoso” e “desenho universal”, com recorte temporal dos últimos cinco anos, 2009 a 2013.

3. ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial, da qual o Brasil não ficou imune. Se por um lado a longevidade que representa uma conquista, não vem isenta de implicações sociais em virtude das demandas específicas da população idosa, demandas essas que emergem nas mais

diversas áreas, constituindo-se também um grande desafio, exigindo políticas públicas específicas e maiores investimentos.

Segundo Prado, Besse e Lemos (2010, p. 7), este fenômeno exige um novo olhar sobre a população idosa, considerando que esta se torna expressivamente visível no contexto social, o que exige uma mudança de conceitos e posturas com vistas a uma “efetiva adaptação a uma estrutura populacional envelhecida”. Nesse sentido, é importante conhecer o perfil do segmento idoso da população brasileira como norte para ações planejadas, especialmente quando se pensa na moradia enquanto ambiente promotor de saúde, conforto e segurança.

3.1 Perfil da parcela idosa da população brasileira

Idoso, segundo a Organização Mundial de Saúde é o indivíduo com 60 anos ou mais. Atualmente, a proporção desse segmento populacional tem crescido em ritmo mais acelerado do que as demais faixas etárias (OPAS, 2005). Segundo o IBGE (2010), a população de idosos no Brasil representava 11% da população total, com tendência para que em 2050 o número de pessoas idosas passe de 1,2 bilhões de pessoas para dois bilhões. Houve, ainda, um crescimento de brasileiros com idade acima de 100 anos, representando 0,1% do total de idosos (IBGE, 2010).

A esperança de vida ao nascer da população brasileira em 2010 aumentou em cinco anos em relação a 2000, atingindo 73,48 anos - 69,73 para os homens e 77, 32 para as mulheres. A esperança de vida após os 65 anos passa dos 80 anos, revelando incremento na longevidade. (IBGE, 2010). Segundo Britto (2005) ao se considerar o aumento da longevidade, há também de se considerar o aumento na necessidade de moradia por mais tempo, entre cinco a quatorze anos. Esta nova necessidade reflete diretamente na formatação de um

empreendimento específico para seus anseios e necessidades.

Camarano (2009) aponta um desafio no fato de este grupo se composto tanto por pessoas com autonomia e produtividade, como por pessoas que possuem declínio funcional, incapacitadas para realização das atividades da vida diária e que não contam com rendimento próprio, o que se reflete em necessidades diferenciadas.

Uma vez que o envelhecimento do corpo é natural e esperado, não pode ser considerado como uma deficiência, mesmo que haja a perda gradativa de funções, Sendo assim, o ambiente e que deve responder à essa demanda. Nesse entendimento, deficiente é o ambiente que não estiver adequado a essas necessidades. O grau de inclusão que um ambiente construído confere é proporcionalmente inverso à geração de problemas para a população idosa - bem como para outras pessoas portadoras de necessidades especiais.

4. INSERÇÃO DO IDOSO NO MERCADO IMOBILIÁRIO

Guimarães (2006, p. 7) aponta que “a construção de moradias especialmente projetadas para idosos, com infraestrutura física e de serviços, ainda não se estabeleceu devidamente, sendo incipiente, ou mesmo desconhecida, em diversas regiões do Brasil”.

Ao afirmar que com o envelhecimento da população brasileira surge um novo e promissor grupo de consumidores no mercado imobiliário, Prado, Besse e Lemos (2010) salientam que as áreas de habitação e urbanismo devem repensar o planejamento das habitações para a população idosa com o intuito de proporcionar a esses indivíduos oportunidades de usufruir de bens e serviços adequados à sua realidade. Os autores afirmam ser essencial levar em consideração as experiências pessoais, as normas daquela sociedade, os padrões estéticos, os aspectos

culturais, funcionalidade e as condições econômicas de quem vai habitar o domicílio, de forma a garantir a interação da pessoa idosa em seu contexto familiar e social. Prado, Besse e Lemos (2010) fundamentam suas ideias no Plano Internacional para o Envelhecimento da ONU, de 2002. Segundo estes autores, na “Orientação Prioritária II: Criação de ambiente propício e favorável”, Tema 1: “Moradia e condições de vida”, o documento revela a preocupação social com as questões de moradia e acessibilidade para a população idosa, pois mostra o entendimento de que a moradia adequada poderá atender às necessidades de fatores como a acessibilidade, a segurança, o possível ônus financeiro para manter um lar, assim como a segurança emocional e psicológica do idoso e de seus familiares. Reconhece, ainda, que uma “moradia satisfatória pode trazer benefícios para a saúde e o bem-estar” de todo ser humano, mas essencial para as pessoas idosas, sendo também importante que, sempre que possível, “os idosos tenham a possibilidade de escolher devidamente o lugar onde queiram viver, fator que é preciso incorporar às políticas e programas”.

5. ARQUITETURA INCLUSIVA

Segundo Mello (s/d), Arquitetura Inclusiva é aquela que respeita a diversidade humana, que é capaz de gerar acessibilidade para todos. A autora reflete que esse paradigma busca romper com o princípio de produção na padronização do homem, utilizada por séculos, está baseada nas proporções estabelecidas por Vitruvio, já na Antiguidade Clássica, depois disseminadas no século XVI pelo desenho do Homem Vitruviano de Leonardo da Vinci, sendo reforçadas e difundidas posteriormente por Le Corbusier com o seu *El Modulor*, já no século XX. A autora avalia que esse preceito, centrado nas dimensões perfeitas de um homem jovem, saudável e esbelto,

resultou na exclusão dos planejamentos arquitetônicos voltados à diversidade –, idosos, grávidas, pessoas com deficiência, crianças e todos os sujeitos que fogem àquele padrão.

5.1 Desenho Universal

A evolução do conceito de acessibilidade teve início nos anos 60 nos Estados Unidos da América, quinze anos após a segunda guerra mundial, originando o conceito de Universal Design que é o desenho de produtos e de ambientes passíveis de utilização por todas as pessoas, na maior extensão possível, conceito este fundamental para os profissionais que almejam planejar espaços que respeitem a diversidade humana (MELLO, s/d). A utilização desse conceito surge no Brasil somente na década de 1980, através de legislação e de poucas e pontuais intervenções espaciais.

5.2 Desenho Universal no Estudo da Arquitetura e Urbanismo

Mello (s/d) reconhece que ainda hoje se observa a exclusão de parcela significativa da população devido a muitos profissionais de arquitetura ainda produzirem projetos segundo o conceito do homem-padrão. De fato, o próprio ensino da Arquitetura e Urbanismo só recentemente passou a incorporar a acessibilidade como requisito a ser ensinado e cobrado dos alunos.

Duarte e Cohen (2003, p. 4) entendem o Desenho Universal como uma ferramenta que permite a aproximação da formação do arquiteto com os conceitos humanísticos, permitindo a compreensão das emoções experimentadas em cada espaço. As autoras sustentam a necessidade de o aluno de arquitetura “compreender a experiência do homem nos espaços, a partir de sua diversidade e buscando sempre maior qualidade de vida para todos”. Para elas

também é importante levar a acessibilidade para a esfera privada, pois faz surgir uma visão relativamente nova de *casa para a vida toda*, a qual deve suportar mudanças e adaptações ao longo dos anos, de modo a atender às necessidades de cada fase da vida, sem prejuízo ou comprometimento do espaço.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao projetar residências para o segmento idoso ou vislumbrar uma perspectiva futura de envelhecimento da população levando em conta a vida útil de uma construção, vários quesitos de segurança e acessibilidade, que são previstos por lei e atendem às normas do Desenho Universal devem constar nas residências, como barras de apoio, pias e louças sanitárias em altura adequada, portas e corredores mais largos, interruptores em quantidade e altura ideais, rampas e pisos antiderrapantes, alarmes visuais e sonoros entre outros. Habitações projetadas com o devido respeito ao Desenho Universal ainda são raras no Brasil. O grande desafio é fazer com que os governos municipais implantem políticas de incentivo ao planejamento e construção de habitação para o idoso, como fez o governo de São Paulo, e garantam na aprovação dos projetos e obras a aplicação da legislação de Desenho Universal.

A concepção de espaços inclusivos não depende apenas do cumprimento às normas mas, antes, da forma de olhar para a questão, para o ser humano e para a sociedade. Depende, portanto, mais da ótica do que da técnica, contexto no qual a responsabilidade da Universidade é extremamente relevante, para formar não apenas bons técnicos, mas formar seres humanos, formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a qualidade de vida de nossa sociedade.

7. REFERÊNCIAS

CAMARANO, A. A. Relações Familiares, Trabalho e Renda entre Idosos. In: BARROS JÚNIOR, J. C. (Org.). **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. São Paulo: Edicon, 2009.

DUARTE, C. R. de S.; COHEN, R. O. Ensino da Arquitetura Inclusiva como Ferramenta para Melhoria da Qualidade de Vida para Todos. In: **PROJETAR 2003**. (Org.). *Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto*. Rio de Janeiro: Virtual Científica, 2003. p. 159-173.

GUIMARÃES, J. R. S. Envelhecimento populacional e oportunidade de negócios: o potencial de mercado da população idosa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006. Caxambu, **Anais**. Campinas: ABEP, 2006. CD-ROM.

IBGE. *Em 2010, esperança de vida ao nascer era de 73,48 anos*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2032&id_pagina=1>. Acesso em: 30 out. 2012.

MELLO, R. L. de. **Arquitetura Inclusiva: uma nova cultura**. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Arquitetura – IBDA. Fórum da Construção. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=32&Cod=1013>>. Acesso em: 30 out. 2012.

PRADO, A. R. de A.; BESSE, M; LEMOS, N. D. Moradia para o idoso: uma política ainda não garantida. **Caderno Temático Kairós Gerontologia**, São Paulo, n. 8, novembro 2010.

Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Tradução Suzana Gontijo. – Brasília: OPAS, 2005.